



CADERNOS *de* **REGIONALISMO ODR**

Volume 7 | Número 1 | 2023



CADERNOS *de* **REGIONALISMO ODR**



GRUPO DE PESQUISA VINCULADO À REPRI
OBSERVATÓRIO
de
REGIONALISMO

REDE DE PESQUISA EM POLÍTICA EXTERNA E REGIONALISMO

Comissão Científica

Bárbara Carvalho Neves
Cairo Gabriel Borges Junqueira
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira
Heitor Erthal
Kallan Sipple
Mariana Cabral Campos
Maurício Luiz Borges Ramos Dias
Samayah Venturi Becker

OBSERVATÓRIO DE REGIONALISMO

Coordenação

Cairo Gabriel Borges Junqueira
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira

<p>CADERNOS DE REGIONALISMO ODR: DOSSIÊ - 2023 Anuário de Regionalismo</p>
--

Corpo Editorial

Bárbara Carvalho Neves
Heitor Erthal
Mariana Cabral Campo

Revisão

Bárbara Carvalho Neves
Kallan Sipple
Maurício Luiz Borges Ramos Dias
Samayah Venturi Becker

Diagramação e Projeto Gráfico

Bárbara Carvalho Neves
Heitor Erthal
Mariana Cabral Campos

Pesquisadores

Bianca Silva Gonçalves
Giulia Ribeiro Barão
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira

Guilherme Dias do Carmo
Guilherme Geremias da Conceição
Heitor Erthal
Heloisa Cristina Malta
Jacqueline Gobbis Arantes
Jaqueline Trevisan Pigatto
João Roberto Fava Junior
Kallan Sipple
Layssa Fernanda Lins dos Santos
Luan Olliveira Pessoa
Mariana Cabral Campos
Marta Cerqueiro Melo
Maurício Luiz Borges Ramos Dias
Patrícia Nasser de Carvalho
Paulo Cesar dos Santos Martins
Suzana Ribeiro Souza
Tainá Siman
Thiago Moreira Gonçalves
Victor Ferreira Almeida
Vitória Totti Salgado

ISSN: 2675-6390

Observatório de Regionalismo - Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas
Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé - São Paulo - SP - CEP: 01001-900
Telefone: (11) 3116-1770 / (11) 3116-1780
Site: <http://observatorio.repri.org/>
E-mail: observatorioderegionalismo@gmail.com

CADERNOS DE REGIONALISMO ODR
DOSSIÊ - 2023
Anuário de Regionalismo

SUMÁRIO

Apresentação - Guilherme Augusto Guimarães Ferreira	7
Pode o povo governar um país na América do Sul? Nuances do golpismo no Brasil e no Peru atuais - Marta Cerqueiro Melo	10
Cooperação trilateral entre Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos: a reaproximação nipo-sul-coreana à vista no horizonte? - Maurício Luiz Borges Ramos Dias	19
Revitalizando as relações entre União Europeia e América Latina: a cooperação no âmbito da segurança - Vitória Totti Salgado	27
100 dias do terceiro governo de Lula: as viagens presidenciais e seus impactos na integração regional - Thiago Moreira Gonçalves	36
Promoção e difusão da língua portuguesa como projeto regional: Histórico e atuação do IILP/CPLP (Parte I) - Giulia Ribeiro Barão	45
Promoção e difusão da língua portuguesa como projeto regional: Parte II - Giulia Ribeiro Barão	54
Runasur/Runasul: qual o lugar da iniciativa no renascimento do regionalismo pós-hegemônico? - Tainá Siman	60
Política externa e saúde: Avanços e desafios durante o primeiro semestre de Lula III - Heitor Erthal	66
Colonialismo, Meio Ambiente e Integração Regional - Layssa Fernanda Lins dos Santos	74
Brexit e o Paradoxo da Soberania - Kallan Sipple	81
ODR Convida: Regionalismo, ODS e Agenda 2030: O papel da governança global sobre o Pacto Global Digital - Jaqueline Trevisan Pigatto, Jacqueline Gobbis Arantes e Heloisa Cristina Malta	91
Integración Física Ferrocarril entre Argentina y Chile: el caso del proyecto Trasandino del Sur - Paulo Cesar dos Santos Martins	100
A adesão plena do Irã na Organização para Cooperação de Xangai (OCX/SCO): alcances e limitações - Guilherme Geremias da Conceição	109

SUMÁRIO

Mais uma vez, a França: antigos e recentes reveses do Acordo de Livre Comércio União Europeia-Mercosul - Patrícia Nasser de Carvalho	119
O bicentenário do Dois de Julho e sua comemoração na Argentina - Luan Olliveira Pessoa	129
A Política Externa do Governo Bolsonaro na emergência sanitária da COVID-19 - Mariana Cabral Campos	141
A CELAC e o regionalismo latino-americano entre as interpretações do Brasil e do México - João Roberto Fava Junior	151
A inserção da agenda ambiental em mega-acordos comerciais: entre a oportunidade de efetividade e a instrumentalização - Suzana Ribeiro Souza	160
ODR Aberto: Soluções africanas para problemas africanos: a Agenda 2063 como uma visão de futuro para a África e o caso do Mali como tradução dos desafios da União Africana - Bianca Silva Gonçalves e Guilherme Dias do Carmo	165

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO NA EMERGÊNCIA SANITÁRIA DA COVID-19

Mariana Cabral Campos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI), do Observatório de Regionalismo (ODR) e do Laboratório de Práticas Simuladas 'San Tiago Dantas' (LPS-STD), além do Grupo de Trabalho Acordo sobre Pandemias e do RSI (Fiocruz/USP)

E-mail: cabracamposmariana@gmail.com | ORCID: 0000-0003-4682-9781

A saúde se relaciona com a política externa desde o princípio da tradição diplomática moderna. As primeiras iniciativas relevantes desse tipo foram as quatorze Conferências Sanitárias Internacionais, que aconteceram entre 1851 e 1938, e priorizaram a elaboração de medidas de controle para impedir o contágio transfronteiriço de doenças infecciosas e de comércio para soluções medicamentosas (Fidler, 2001). Atualmente, o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) conta com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o maior organismo de cooperação internacional no tema, que reúne os Estados-parte, organizações filantrópicas diversas e atores da sociedade civil. Algumas razões são identificáveis para a junção dos dois temas globalmente, dentre elas a busca por maior influência na agenda global de saúde, ou mesmo a necessidade de reformar a reputação internacional, por meio da promoção de políticas que exemplifiquem práticas domésticas bem-sucedidas (Gómez; Perez, 2016). Para os dois primeiros Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), gestão na qual a saúde assumiu maior protagonismo na Política Externa Brasileira (PEB), essa busca por relevância e maior autonomia e protagonismo foi a motivação principal.

No Brasil, o processo de redemocratização já havia aproximado a PEB à saúde, conduzindo o país à posição de liderança na governança da saúde [1] (Almeida et al., 2010; Buss, 2018; Ventura, 2013). Porém, a institucionalização da saúde assumiu um novo escopo com a política externa “ativa e altiva”, definida na “autonomia pela diversificação” e na cooperação Sul-Sul estabelecidas conjuntamente pelo então ministro

de Relações Exteriores Celso Amorim. A chamada abordagem de cooperação estruturante em saúde tinha como princípio a conexão intrínseca entre saúde e desenvolvimento, visando, assim, idealizar e executar medidas de fortalecimento dos sistemas de saúde nacionais em países do Sul Global a partir experiências acumuladas através do Sistema Único de Saúde (SUS) (Almeida et al., 2010; Buss; Ferreira, 2011; Erthal, 2022; Ventura, 2013). Ela previa desde a cooperação técnica e o compartilhamento de informações e expertises, até a defesa mais ampla dos interesses partilhados frente a instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a OMS e outras agências e instâncias da ONU. Outra estratégia foi a convocação ministerial para a participação de atores da sociedade civil nas atividades do Ministério das Relações Exteriores (MRE), processo chamado “horizontalização da política externa” (Buss, 2018; Gómez; Perez, 2016).

Alguns casos de destaque da diplomacia da saúde brasileira foram o empenho no debate sobre a Declaração de Doha (2001) e o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relativos ao Comércio (no inglês, TRIPS) no âmbito da OMC, principalmente em defesa da produção e distribuição de insumos para a resposta à epidemia de HIV/AIDS (Buss, 2018; Ventura, 2013). Também importantes foram as atuações na aprovação da Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco, na OMS, em 2003 e, em 2006, na criação da Unitaid, uma das principais organizações de cooperação em saúde para países de baixa e média renda com foco na tuberculose, malária e HIV/AIDS (Buss, 2018). O tema da saúde ganhou notório protagonismo, assumindo papel importante nos organismos de cooperação regional [2], em especial com criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, e a instauração do Conselho Sul-Americano de Saúde (CSS ou UNASUL-Saúde) [3] e do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) [4], que se dedicavam a temas regionais e à articulação conjunta em contextos globais, como com a Assembleia Mundial da Saúde (AMS) e com a Comunidade dos países da Língua Portuguesa (CPLP) (Buss; Ferreira, 2010; Erthal, 2022; Gómez; Perez, 2016; Ventura, 2013). Especialmente relevante, o CSS foi o responsável pela padronização de indicadores e a criação de sistemas de compartilhamento de informação para as Emergências em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e Internacional (ESPII) [5] (Buss; Ferreira, 2011).

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 significou a vitória da coalizão neoliberal-conservadora em sua versão mais radicalizada, contendo os tradicionais setores

empresarial, rentista e financeiro, e o agronegócio, além de grupos extremistas religiosos, militares e dos chamados “olavistas” [6] (Farias; Alves, 2020; Silva, 2022). A reorientação da PEB estava incluída nas propostas de governo de Bolsonaro (2019-2022), que pregava a retomada da política de alinhamento automático com os EUA no combate ao “comunismo” e ao “globalismo”, bem como rejeitava as antigas premissas do multilateralismo, da defesa dos direitos humanos e dos regimes ambientais. Além disso, segundo Nery (2020), a PEB assumiu nesse período um caráter missionário, associando a defesa de interesses nacionais com a de valores cristãos conservadores do eleitorado bolsonarista. Os ministros que ocuparam o MRE nesse período, Ernesto Araújo e Carlos Alberto F. França, em maior ou menor medida foram pilares dessa estratégia, contribuindo para o desmonte da liderança brasileira nas iniciativas de cooperação internacionais e regionais (Erthal, 2022; Nery, 2020; Silva, 2022). Na prática, essa estratégia significou grandes críticas à China e à Venezuela e, portanto, o abandono do BRICS [7], do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da UNASUL, da qual o Brasil foi oficialmente desvinculado em 2019, somando-se ao Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL) como contraproposta do então governo chileno de Sebastián Piñera (Valério, 2019).

Nesse contexto, a gestão da COVID-19 foi um dos grandes pontos de contestação na trajetória de administração pública nacional e internacional do governo Bolsonaro (Erthal, 2022; Silva, 2022). A pandemia da COVID-19 é um dos eventos em saúde global de maiores proporções da sociedade moderna, totalizando 657.977.736 casos confirmados e 6.681.433 óbitos até o dia 06 de janeiro de 2023 (Oms, [c2023b]). O coronavírus SARS-CoV-2 não era desconhecido à comunidade internacional [8], porém apresenta altíssimo índice de transmissibilidade e, apesar de moderados, os sintomas podem levar a sequelas cardíacas e neurológicas, ou mesmo a óbito (Oms, [c2023a]). Os primeiros casos da doença foram identificados na província de Hubei na China, sendo estes notificados à comunidade internacional em dezembro de 2019. A OMS declarou a sexta ESPII em janeiro (Oms, 2020a) e a pandemia em março de 2020 (Oms, 2020b), conforme o número de casos crescia exponencialmente pelo mundo. Em poucos meses, a América do Sul se tornou o novo epicentro da pandemia, sendo o Brasil o segundo país com maior número de casos confirmados e óbitos em decorrência da COVID-19 do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA) (Santos; Albuquerque, 2020), tendo se tornado o país que alcançou o maior índice de transmissão no primeiro

ano da crise (The Lancet, 2020). Nesse momento, segundo o The Lancet (2020, p. 1461, tradução própria), “a maior ameaça à resposta do Brasil à COVID-19 é o seu presidente, Jair Bolsonaro”.

Durante a pandemia, o alinhamento com os EUA e o afastamento dos organismos internacionais se traduziram na “diplomacia do conflito” (Santos; Albuquerque, 2020, p.27), baseada no negacionismo [9] e no neoliberalismo epidemiológico (Nunes, 2020), que produziu o isolamento internacional e a crise política e econômica nacionalmente. Lasco (2020, p. 5, tradução própria), entende a administração bolsonarista da pandemia como parte do chamado populismo médico [10], “particularmente pela maneira como ele simplificou e fez da sua resposta antagonista e negacionista um espetáculo”. Essa estratégia, exemplificada pela campanha “O Brasil não pode parar”, consistiu em minimizar os efeitos da pandemia e desacreditar as medidas de isolamento social propostas pela OMS em favor da economia nacional (Santos; Albuquerque, 2020; Silva, 2022). Além disso, o presidente protagonizou, junto com o ex-presidente estadunidense Donald Trump (2017-2022), o movimento de defesa da hidroxicloroquina como solução milagrosa para a COVID-19[11] (Casarões; Magalhães, 2021) e de descredibilização da vacina, alegando que não seria vacinado pois seus efeitos colaterais poderiam incluir “virar um jacaré”, “o super-homem”, “começar a falar fino” (Diário De Notícias, 2020; Uol, 2020), ou mesmo contrair o vírus da HIV/AIDS (Arbex, 2021).

Quanto à cooperação internacional, o alinhamento aos EUA não gerou grandes frutos e estes permaneceram com suas políticas de fechamento de fronteiras e mercados[12] (Simões; Mendes; Militão, 2021). O governo brasileiro se ausentou dos esforços da COVAX-Facility, programa de fornecimento de vacinas do ACT-Accelerator vinculado à OMS, e não foi convidado a participar Evento de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento na Era da COVID-19, realizado pela ONU em maio de 2020 (Santos; Albuquerque, 2020). Indo de encontro a tradições passadas, o Brasil também deixou de apoiar a proposta da África do Sul à OMC para a quebra de patentes temporária para insumos de combate à pandemia (Silva, 2022). Regionalmente, a ausência brasileira significou que pouco foi realizado para auxílio mútuo, não houve movimentações do PROSUL e a UNASUL já não possuía força política ou econômica para mobilizar o CSS[13], sendo o Mercosul o único bloco regional sul-americano a investir no combate à pandemia por meio do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)[14] (Focem, 2020; Santos; Albuquerque, 2020; Simões; Mendes;

Militão, 2021).

O resultado dessas políticas foram pressões que geraram um contexto de rivalidade e isolacionismo dentro e fora do território nacional. Internamente, houve três trocas ministeriais no Ministério da Saúde durante a pandemia, todas motivadas por críticas dos ministros ou da sociedade civil à administração de Bolsonaro [15] (MOTTA, 2021), e a rachas com governos estaduais e municipais [16] (Erthal, 2022; Nery, 2020; Santos; Albuquerque, 2020; Silva, 2022). Internacionalmente, a manutenção do negacionismo mesmo com o aumento exponencial do número de casos fez com que o Bolsonaro estivesse em desalinho mesmo com aliados prévios, como foi o caso dos EUA (Farias; Alves, 2020; Lasco, 2020).

Para o mundo, o Brasil de Bolsonaro foi um país descontrolado sanitariamente (Silva, 2022), instável e que apresentou uma ameaça à comunidade internacional (Nery, 2020; Santos; Albuquerque, 2020), levando ao fechamento de fronteiras em especial por grande parte de países vizinhos. Assim, o Brasil se tornou um país ausente dos principais fóruns de discussão e cooperação aos quais pertence, que deixou como legado 36.423.138 de casos confirmados e 694.411 mortos pela COVID-19 até o dia 3 de janeiro de 2023 (Oms, [c2023b]), além das investigações pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19 (Erthal, 2022) e da denúncia ao Tribunal Penal Internacional (TPI) pela prática de genocídio e outros crimes contra a humanidade, em especial contra os povos originários (Nery, 2020; Simões; Mendes; Militão, 2021).

Notas

- [1] De acordo com Buss e Ferreira (2011), as principais iniciativas eram em âmbito regional, com o Subgrupo de Trabalho nº 11-Saúde (SGT-11) e a Reunião de Ministros da Saúde (RMS) no Mercosul, a Comunidade Andina e a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA).
- [2] Como por exemplo a criação do Acordo de Cooperação entre a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Ministério da Saúde, visando projetos conjuntos que envolvessem a UNASUL, o Caribe e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Gomez; Perez, 2016).
- [3] O CSS era um órgão ministerial que buscava a troca de conhecimento e experiências em políticas de saúde pública entre os países membros (Buss; Ferreira, 2011; Erthal, 2022).
- [4] Por sua vez, o ISAGS configurava um centro de formação pensado para e por atores interestatais, que buscava a idealização de políticas integradas e a articulação de lideranças políticas em saúde (Buss; Ferreira, 2011; Erthal, 2022).
- [5] De acordo com Buss e Ferreira (2011), uma das principais iniciativas de padronização de normas e indicadores pela CSS foi a Política Sul-Americana de Vigilância e Controle de Eventos em Saúde. Idealizada e executada de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional, ela criou uma rede subcontinental de vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis e não transmissíveis que caracterizem um evento de saúde

pública na região.

- [6] O termo “olavistas” está associado aos seguidores de Olavo de Carvalho, escritor e influenciador digital que mobiliza grande parte da extrema direita, inclusive o ex-presidente Jair Bolsonaro.
- [7] Os BRICS são um grupo informal de cooperação composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, as principais economias consideradas não-ocidentais.
- [8] Em 2002, a China enfrentou a epidemia da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS, sigla em inglês) e em 2014 outro coronavírus surgiu chamado Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS, sigla em inglês) em países da região. Ambas apresentavam maiores índices de mortalidade do que a COVID-19.
- [9] Para o Financial Times (2020 apud Simões; Mendes; Militão, 2021), Bolsonaro faz parte da chamada “Aliança do Avestruz”, junto com a Bielorrússia, o Turcomenistão e a Nicarágua, compondo os países que se esconderam ao perigo da COVID-19.
- [10] O populismo médico, ou “medical populism”, é o termo apresentado pelo autor para governos que apresentam as seguintes características: simplificação da pandemia, dramatização da crise, fabricação de divisões e invocação de reivindicação de conhecimento.
- [11] Segundo Casarões e Magalhães (2021), a defesa da hidroxicloroquina como solução para a COVID-19, mesmo sem apoio da comunidade científica, foi uma estratégia de mobilização eleitoral utilizada por governos populistas como o de Bolsonaro e Trump, utilizada para afastar críticas e justificar o negacionismo inicial.
- [12] A única exceção foi a doação de estoque sobressalentes de hidroxicloroquina quando o próprio ex-presidente Trump já havia abandonado o medicamento como estratégia nacional (Estados Unidos, 2020).
- [13] As atividades do CSS estiveram em grande parte paralisadas devido à falta de engajamento e, principalmente, devido à suspensão das atividades do ISAGS, seu principal componente estratégico, desde 2019 (Souza, 2019).
- [14] No total, foram investidos 16 milhões de dólares, porém não houve reuniões ministeriais ou encontros do ST-11 sobre o tema (Erthal, 2022).
- [15] Demitido em 16 de abril de 2020, o ministro Henrique Mandetta foi o primeiro a ocupar o cargo e criticou Bolsonaro publicamente, indo contra a defesa da hidroxicloroquina para tratamento da COVID-19 e defendendo as medidas de isolamento propostas pela OMS. Seu sucessor, Nelson Teich, ocupou o posto por menos de um mês, sendo demitido por não se dobrar à estratégia bolsonarista de enfrentamento da pandemia. O ex-presidente só teve seus desejos atendidos com a nomeação do Gen. Eduardo Pazuello, que adotou o protocolo defendido por Bolsonaro e colocou outros treze militares sem experiência em administração de saúde no governo (Santos; Albuquerque, 2020). Após inúmeras críticas e pressões da sociedade civil, em 15 de março de 2021, Bolsonaro demitiu Pazuello em favor do médico Marcelo Queiroga, também defensor das medidas propostas pela OMS.
- [16] O então governador de São Paulo João Doria, até aquele momento aliado do governo federal, chegou a atacar Bolsonaro em entrevista à BBC News Brasil, falando do combate ao “bolsonarovirus” (BBC News Brasil, 2021).

Como citar:

CAMPOS, Mariana Cabral. A Política Externa do Governo Bolsonaro na emergência sanitária da COVID-19. **Cadernos de Regionalismo ODR**, São Paulo, v. 7, 2023, p. 141-150. ISSN: 2675-6390.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.; CAMPOS, R. P. de; BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R.; FONSECA, L. E. A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”. RECIIS, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 25–35, 2010. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/696/1341>>. Acesso em: 22 out. 2023.

ARBEX, Thais. Bolsonaro vira alvo de inquérito no STF por ligar vacina contra Covid à Aids. [S.l.], 03 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-vira-alvo-de-inquerito-no-stf-por-ligar-vacina-contracovid-a-aids/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BBC NEWS BRASIL. Doria Chama Bolsonaro de “Louco” e Fala em “Bolsonarovírus” em Entrevista à BBC em Inglês. YouTube, 05 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cb2-KxIFqRA>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BUSS, P. M. Cooperação internacional em saúde do Brasil na era do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.l.], v. 23, n. 6, p. 1881-1890, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/xH9n53c93tY5zn589SZvSXJ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 out. 2023.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R. Cooperação e integração regional em saúde na América do Sul a contribuição da Unasul-Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.l.], v. 16, n. 6, p. 2699-2711, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/KnYg7JbNH3gkqJ4fZxr7tLg/?lang=pt>>. Acesso em: 22 out. 2023.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R. Diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul: as experiências da Unasul saúde e do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). RECIIS, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 106-118, 2010. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/712/1357>>. Acesso em: 22 out. 2023.

BUSS, P. M.; TOBAR, S. COVID-19 and opportunities for international cooperation in health. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.l.], v. 36, n. 4, 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n4/e00066920/en>>. Acesso em: 22 out. 2023.

CASARÕES, G.; MAGALHÃES, D. The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. *Revista de Administração Pública*, [S.l.], v. 55, n. 1, p. 197–214, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rap/a/b3DhgtmpNW8FZMdsNqDY6Ht/>>. Acesso em: 22 out. 2023.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Bolsonaro sobre a vacina da Pfizer: "Se você virar jacaré, é problema seu". [S.l.], 18 dez. 2020. Disponível em:

<<https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-sobre-a-vacina-de-pfizer-se-voce-se-transformar-num-jacare-e-problema-e-seu-13155253.html>>. Acesso em: 6 ago. 2023.

ERTHAL, H. Um sobrevoo sobre a saúde na agenda regional brasileira de FHC a Bolsonaro. – Observatório de Regionalismo. Observatório de Regionalismo, [S.l.], 26 out. 2022. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2022/10/26/um-sobrevoo-sobre-a-saude-na-agenda-regional-brasileira-de-fhc-a-bolsonaro/>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ESTADOS UNIDOS. Missão dos Estados Unidos no Brasil. Joint Statement From the United States and Brazil Regarding Health Cooperation. 2020. Disponível em:

<<https://br.usembassy.gov/joint-statement-from-the-united-states-of-america-and-the-federative-republic-of-brazil-regarding-health-cooperation/>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

FARIAS, H. C.; ALVES, L. P. O declínio da influência internacional do Brasil: de um país emergente para um Estado voltado para dentro. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, [S.l.], v. 9, n. 17, p. 15–40, 2020. Disponível em: <<https://www.labmundo.org/wp-content/uploads/2021/05/Artigo-2020-Helio-Caetano-Farias-Leonardo-Pace-Alves-BJSIR.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2023.

FIDLER, D. P. (org.). The globalization of public health: the first 100 years of international health diplomacy. Bulletin of the World Health Organization, [S.l.], v. 79, n. 9, p. 842–849, 2001. Disponível em: <<https://www.diplomacy.edu/wp-content/uploads/2021/06/799842.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2023.

FOCEM. O Mercosul aprova mais recursos para Projeto FOCEM sobre biotecnologias aplicadas à saúde, destinados à luta contra o COVID-19. [S.l.], 2 abr. 2020. Disponível em: <<https://focem.mercosur.int/pt/noticia/o-mercosul-aprova-mais-recursos-para-projeto-focem-sobre-biotecnologias-aplicadas-a-saude-destinados-a-luta-contra-o-covid-19/>>. Acesso em: 6 ago. 2023.

GÓMEZ, E., PEREZ, F. A. Brazilian foreign policy in health during Dilma Rousseff's administration (2011-2014). Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 98, p. 171-197, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452016000200171&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 22 out. 2023.

LASCO, G. Medical populism and the COVID-19 pandemic. Global Public Health, [S.l.], v. 15, n. 10, p. 1417–1429, 2020. Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17441692.2020.1807581>>. Acesso

em: 22 out. 2023.

MOTTA, A. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia. UOL, [S.l.], 15 mar. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

NERY, T. A ruptura na política externa brasileira e suas dimensões doméstica e geopolítica: subordinação internacional, fragmentação regional e resposta à pandemia. Princípios, [S.l.], v. 1, n. 160, p. 88–111, 2020. Disponível em: <<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/42/34>>. Acesso em: 22 out. 2023.

NUNES, J. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. Cadernos de Saúde Pública, [S.l.], v. 36, n. 5, p. e00063120, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/sng9pd8tLNdY3cQrDChhqPr/>>. Acesso em: 22 out. 2023.

OMS. COVID 19 Public Health Emergency of International Concern (PHEIC). Global research and innovation forum: towards a research roadmap. 2020a. Disponível em: <[https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-public-health-emergency-of-international-concern-\(pheic\)-global-research-and-innovation-forum](https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-public-health-emergency-of-international-concern-(pheic)-global-research-and-innovation-forum)>. Acesso em: 8 ago. 2023.

OMS. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. 2020b. Disponível em: <<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

OMS. Coronavirus disease (COVID-19). [c2023a]. Disponível em: <<https://www.who.int/health-topics/coronavirus>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

OMS. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. [c2023b]. Disponível em: <<https://covid19.who.int>>. Acesso em: 3 set. 2023.

SANTOS, L. W.; ALBUQUERQUE, M. A pandemia de Covid-19 nas políticas doméstica e externa do Brasil: disputa entre poderes institucionais, alinhamento aos EUA e isolamento internacional. Boletim OPSA, [S.l.], n. 2, p. 19–32, 2020. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2020_n2_abr-jun-2.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

SILVA, A. L. R. da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. Interacción Sino-Iberoamericana, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 1–26, 2022.

Disponível em: <<https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html>>. Acesso em: 22 out. 2023.

SIMÕES, R. M.; MENDES, A. G. D. L.; MILITÃO, P. Á. O Fenômeno das Fake News: Implicações para a Política Externa do Governo Bolsonaro durante a Pandemia do COVID-19. *Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil*, [S.l.], v. 10, p. 01–22, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/59141>>. Acesso em: 22 out. 2023.

SOUZA, L. E. S. de. O que se perde com o fim do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS)? *Observatório de Regionalismo*, [S.l.], 02 jul. 2019. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2019/07/02/o-que-se-perde-com-o-fim-do-instituto-sul-americano-de-governo-em-saude-isags/>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

THE LANCET. COVID-19 in Brazil: “So what?”. *The Lancet*, [S.l.], v. 395, n. 10235, p. 1461, 2020. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2931095-3>>. Acesso em: 22 out. 2023.

UOL. Bolsonaro: "Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso". YouTube, 17 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBCXkVOEH-8>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

VALÉRIO, A. Brasil formaliza saída da Unasul para integrar Prosul. Agência Brasil, Brasília, 16 abr. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/brasil-formaliza-saida-da-unasul-para-integrar-prosul>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

VENTURA, D. Saúde Pública e Política Externa Brasileira. *SUR: revista internacional de direitos humanos*, [S.l.], v. 10, n. 19, p. 98–117, 2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/Arquivos/edicao/publicacoes/publicacao-201451319567889-80155878.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2023.

VENTURA, D. de F. L.; GIULIO, G. M. di; RACHED, D. H. Lessons from the Covid-19 pandemic: sustainability is an indispensable condition of Global Health Security. *Ambiente & Sociedade*, [S.l.], v. 23, p. 1-11, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/TFS5x6zGyZw4MSvQc5J3XZj/>>. Acesso em: 22 out. 2023.